

Decisões podem começar a sair hoje

O presidente João Figueiredo poderá dar hoje pela manhã a sua palavra final sobre o novo pacote recessivo. A informação foi dada ontem em Brasília pelo ministro do Planejamento, Delfim Neto. Por sua vez, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, ao

O pacote poderá sair em três etapas, informa-se de Brasília — hoje, as diretrizes gerais, depois medidas específicas do Conselho Monetário (que está convocado para amanhã), e então os cortes nas estatais.

2 trilhões nos gastos públicos — Cr\$ 1,5 trilhão no orçamento das empresas estatais e mais de Cr\$ 500 bilhões nos subsídios.

Falta consenso

O pacote não foi anunciado ainda porque não houve até agora consenso

sair de uma reunião do Palácio do Planalto às 22 horas, anunciou a convocação do Conselho Monetário Nacional para amanhã.

Pelo que se pôde apurar no final da noite, o pacote poderá ser anunciado em até três etapas. De imediato, sairiam as diretrizes gerais; num segundo momento, as decisões específicas do Conselho Monetário; a terceira parte demoraria um pouco mais, pois a Sest (Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais) ainda não conseguiu definir como serão os novos cortes nos investimentos do setor — o que o chefe do órgão, Nelson Mortada, promete fazer até a próxima semana.

O ministro do Planejamento confirmou que pretende adotar medidas nas áreas fiscal e monetária, além da redução dos gastos do governo. Ele preferiu não identificar as diretrizes do pacote, prometendo fazê-lo após a sua aprovação por Figueiredo. Assessores de Delfim e Galvêas confirmaram, porém, que, entre as medidas fiscais, figuram a antecipação do Imposto de Renda dos bancos, o pagamento do Imposto de Renda na fonte sobre operações de mercado aberto e a redução do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

A principal

Entre as decisões de natureza monetária, a eliminação do controle quantitativo sobre as aplicações bancárias é a principal, entendendo o ministro da Fazenda que ela contribuirá para reduzir os juros.

Tanto Delfim como Galvêas negaram que o governo tenha a intenção de expurgar o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, base de cálculo dos salários) e a correção monetária, esta última como forma de redução dos subsídios. O ministro da Fazenda garantiu: "Não se pensa nisso".

Delfim Neto disse que continuará sendo gradual a retirada dos subsídios (ao trigo, petróleo, agricultura, exportações, pequenas e médias empresas).

Outra fonte da área econômica disse que o reajuste da gasolina não será de 55%, como chegou a ser noticiado, não devendo passar dos 41%. Antecipava-se ainda que o governo poderá proclamar hoje, como contrapeso ao pacote, o saldo comercial em maio: US\$ 600 milhões.

Economia de Cr\$ 2 trilhões?

Contrariando parcialmente essas informações, um técnico da área financeira assegurava ontem que o governo não desistiu da idéia de alterar a sistemática de reajustes salariais, não cogita de iniciar o processo de desindexação da economia e mantém o propósito de reduzir com as novas medidas de ajuste em mais de Cr\$ 2 trilhões o déficit do setor público.

Segundo a fonte, continua firme a posição do presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, favorável à manutenção da atual vinculação dos reajustes salariais ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apenas para o cálculo do salário mínimo. Ressaltou que o êxito do pacote no combate à inflação vai depender justamente da mudança nas regras dos reajustes dos salários, seja via alteração na lei seja pelo expurgo do INPC.

A fonte garantiu ainda que, a nível da área econômica, as discussões jamais envolveram propostas para a desindexação da economia, no momento, em termos graduais ou radicais. As dificuldades crescentes para o giro dos depósitos de poupança e da dívida pública e mais a instabilidade do mercado cambial impedem o início imediato do processo de desindexação.

As medidas anunciadas pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e membro do Conselho Monetário, Luís Eulálio Vidigal, como integrantes do pacote, não foram confirmadas pela fonte. Oficialmente, nenhuma das autoridades econômicas dimensionou o corte nos gastos das estatais e nos subsídios, o nível da redução das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras, o grau de elevação dos preços do trigo e derivados de petróleo ou das mudanças no Imposto de Renda, anunciadas segunda-feira.

Mesmo que se confirme a elevação dos encargos dos financiamentos rurais para 70% da correção monetária anual e mais juros de 3% ao ano, no Norte-Nordeste, de 85% da correção, no Centro-Sul, o Banco Central mantém a opinião de que o corte nos subsídios pode ser maior. De qualquer forma, o técnico da área financeira afirmou que o pacote permitirá corte superior a Cr\$

entre as propostas técnicas encaminhadas pelas autoridades econômicas e as ponderações políticas originadas de diversos setores da sociedade referentes às consequências sociais negativas que elas poderiam provocar, comprometendo a abertura política, admitiu ontem o ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Pena, depois de reunir-se, pela primeira vez depois das eleições, com todos os secretários de Indústria e Comércio dos Estados.

Pena ressaltou, porém, que, seja qual for o teor das medidas do pacote econômico, elas só serão eficazes se houver um total engajamento da sociedade, no sentido de compreender as reais dimensões da crise que o País atravessa. Condenou energicamente o que considerou falta de solidariedade quanto ao comportamento dos especuladores frene ao momento de crise. Disse sentir-se "estarecido" ao saber que os cofres de todos os bancos e, particularmente, do Banco do Brasil, estão lotados de ouro e dólar. Para o ministro, o mais egoísta dos homens deve, agora, mudar de atitude, ser solidário, para evitar prejuízos futuros.

Para ele, o País não pode viver com inflação de 120% ao ano e ser campeão do mundo simultaneamente tanto por praticar a mais alta taxa real de juros do mundo como pela mais baixa do mundo, devido aos subsídios. O processo de endividamento chegou ao fim depois de ter cumprido seu papel, criando para o País a infra-estrutura industrial existente atualmente, graças aos recursos externos. Mas agora é preciso tomar o caminho de volta.

Considerou fundamental reduzir a dívida pública interna para reduzir o déficit, e receitou como medida mais eficaz a desindexação geral, progressiva e gradual da economia.

Camilo Pena reclamou também que os Estados devem absorver parte considerável do déficit público, porque efetivamente são responsáveis por ele. Mas reconheceu que, paralelamente a essa responsabilidade, os Estados devem ter maior autonomia política. Ou seja, é necessário promover um novo federalismo, o que, na sua opinião, faz parte do processo de abertura política.

Quanto à dívida externa, o ministro reclamou mais uma vez a necessidade de os credores levarem em consideração a perda nas relações de troca que o Brasil sofreu de 1979 até agora, correspondendo a US\$ 45 bilhões, se considerados os preços praticados no final de 1979. O colapso do comércio internacional decorrente da supervalorização do dólar deteriorou as relações comerciais do Brasil, que, apesar de continuar exportando volume sempre crescente, obteve a partir de então receitas cada vez menores.

Por isso, Camilo lembrou que o governo não nega a dívida e quer pagá-la, mas os credores têm de dar ao Brasil esse direito que ele tem de pagar e que só pode ser através das exportações, que geram dólar. Se isso não acontecer, disse, a situação fica insolúvel.

Dia agitado

Ontem, o ministro Delfim Neto teve um de seus dias mais agitados dos últimos tempos. Já antes das seis da manhã teve de receber o ministro do Interior, Mário Andreazza, para dar forma final ao decreto que determina os reajustes das prestações do BNH.

Em seguida, Delfim foi direto para o Palácio do Planalto, para a audiência das nove horas, com Figueiredo. Passou o resto da manhã reunido com seus assessores, e logo no início da tarde recebeu o presidente da Fundação Getúlio Vargas, Julien Chacel, acompanhado do ex-ministro da Fazenda Octávio Gouvêa de Bulhões.

Eles estavam ainda em seu gabinete quando subiu o representante do Brasil no FMI, Alexandre Kafka, e, em seguida, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e o secretário da Receita Federal, Francisco Dornelles. Todos, invariavelmente, diziam desconhecer as medidas. "Eu só falei da Fundação Getúlio Vargas", justificou-se Bulhões, enquanto o porta-voz Carlos Átila, quase ao mesmo tempo, dizia que Delfim "certamente aconselhou-se" com Bulhões sobre o teor das medidas. Átila acha que Bulhões, por sua reputação de economista, é um homem que deve ser ouvido. "Minha opinião é velha — repetia ontem Bulhões. Eu cortaria radicalmente todos os subsídios."